

GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS BASEADA NA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E ECOLÓGICA: UMA PROPOSTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA GESTÃO DOS RESÍDUOS HOSPITALARES E URBANO DO MUNICÍPIO DE JACAREACANGA-PA

Rodrigo Braga Fernandes Vieira
Universidade da Amazônia – UNAMA
bragavieira_bgm@hotmail.com

Everton Sales da Silva
Universidade da Amazônia – UNAMA
evertongtr@outlook.com.br

Sérgio Castro Gomes
Universidade da Amazônia – UNAMA
sergio.gomes@unama.br

Mário Vasconcellos Sobrinho
Universidade da Amazônia – UNAMA
mario.vasconcellos@unama.br

Resumo: O Estudo objetiva explicar e discorrer sobre os desafios da gestão do município de Jacareacanga e o papel fundamental na implementação das ações estratégicas para gestão de resíduos sólidos baseada na sustentabilidade ambiental além de descrever sobre a existência de políticas públicas dos resíduos sólidos urbanos e de saúde e a prática dos serviços de limpeza e a promoção da saúde da população jacareacanguense. Trata-se de uma revisão da literatura, que visa buscar, avaliar e sintetizar as evidências disponíveis sobre o tema. Conclui-se que, a política pública de coleta seletiva e reciclagem, ainda não existe em prol da saúde da população e do meio ambiente, que garantiria a preservação da saúde e possibilitando menores mazelas sociais da população, no entanto ressalta da importância de se construir mecanismos para implementação da Política Municipal de Saneamento Básico.

Palavras-chave: Ações Estratégicas. Políticas Públicas. Resíduos Sólidos.

1. INTRODUÇÃO

Atualmente o município de Jacareacanga vivência a elaboração do primeiro Plano Municipal de Saneamento Básico, com o objetivo de sistematizar e disponibilizar dados e informações necessárias para a caracterização e resolução da problemática municipal, apontando a realidade socioambiental, sanitária, em especial a gestão integrada de Resíduos Sólidos Urbanos e de Saúde.

Vale ressaltar que ao determos na análise situacional do município foi realizado um levantamento junto à administração e os demais níveis de poder da sociedade civil, para a identificação dos problemas com o intuito de selecionar temas prioritários, além da formação de equipes para realizar o diagnóstico e prognóstico, e audiências públicas na gestão integrada de resíduos sólidos urbanos e de saúde, como a caracterização física do município, a evolução histórica, crescimento e dinâmica populacional, a caracterização do sistema viário, infraestrutura urbana, meio ambiente; habitação, saúde; educação, lazer e cultura, análise da legislação, área interiorana (rural), análise dos planos setoriais, programas, projetos, obras, ações e atividades de órgãos e unidades governamentais.

O resultado da leitura do diagnóstico está sendo traduzido através de mapas que possibilitará a visualização da realidade diagnosticada e o produto desta leitura servirá como subsídio para a realização do Plano.

Sabe-se que o desenvolvimento econômico, o crescimento populacional, a urbanização e a revolução tecnológica vêm sendo acompanhados por alterações no estilo de vida e nos modos de produção e consumo da população. Como decorrência direta desses processos, vem ocorrendo um aumento na produção de resíduos sólidos, tanto em quantidade como em diversidade, principalmente nos grandes centros urbanos. Além do acréscimo na quantidade, os resíduos produzidos atualmente passaram a abrigar em sua composição elementos sintéticos e perigosos aos ecossistemas e à saúde humana, em virtude das novas tecnologias incorporadas ao cotidiano.

Apesar de ser muito utilizada no Município, a incineração de resíduos também traz riscos à saúde uma vez que produz quantidades variadas de substâncias tóxicas, como gases, partículas, metais pesados, compostos orgânicos, dioxinas e furanos emitidos na atmosfera. A contaminação de populações residentes em áreas próximas a incineradores se dá diretamente (pela inalação de ar contaminado) ou indiretamente (por meio do consumo de água ou alimentos contaminados, ou contato dérmico com solo contaminado). Vários estudos apontam que a exposição da população à emissão de incineradores está associada a um risco aumentado de alguns tipos de câncer, assim como de desfechos indesejados da gravidez, incluindo baixo peso ao nascer e anomalias congênitas.

Há ainda os riscos à saúde para os profissionais mais diretamente envolvidos no manejo dos resíduos, como é o caso do pessoal operacional do setor, o qual, em sua maioria, não conta com medidas mínimas de prevenção e segurança ocupacional.

Para Schneider (2004), o risco ambiental é o risco que ocorre no meio ambiente e pode ser submetido à classificação de acordo com o tipo de atividade; exposição instantânea, crônica; probabilidade de ocorrência; severidade; reversibilidade; visibilidade; duração e possibilidade de ocorrência de seus efeitos em vários locais ao mesmo tempo. No contexto da gestão governamental, o risco ambiental pode ser classificado como de saúde pública, recursos naturais, desastre natural e introdução de novos produtos.

O presente artigo tem como objetivo, explicar e discorrer sobre os desafios da gestão municipal do município de Jacareacanga e o papel fundamental na implementação das ações estratégicas para gestão de resíduos sólidos urbanos e de saúde baseada na sustentabilidade

ambiental além de descrever sobre a existência de políticas públicas dos resíduos sólidos urbanos e de saúde e a prática dos serviços de limpeza e a promoção da saúde da população jacareacanguense. A pesquisa foi realizada em sites, através da internet, e artigos propostos para dar sustentação ao tema abordado além de visitas in loco nas principais secretarias de governo, como Secretaria de Planejamento, Secretaria de Saúde, e Secretaria de Urbanização.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS (RSU) E SUA RELAÇÃO COM A SAÚDE COLETIVA

Os problemas relacionados aos resíduos sólidos têm se avolumado nas sociedades contemporâneas, implicando a deterioração da qualidade de vida nos grandes centros urbanos. A degradação do meio ambiente natural não pode ser desvinculada de um contexto que inclui comprometimentos da saúde física, transtornos psicológicos e psiquiátricos, e desintegração social.

De acordo com Brasil (2001), os RSS representam uma fonte de risco à saúde e ao meio ambiente principalmente pela falta de adoção de procedimentos técnicos adequados no manejo dos diferentes resíduos, como material biológico contaminado, objetos perfurocortantes, peças anatômicas, substâncias tóxicas, inamáveis e radiativas.

Assim, patologias como doenças infecciosas, degenerativas, cardiovasculares, crises de ansiedade e depressão, síndrome do pânico, dependência química e exacerbação da violência, dentre outras, são os componentes constitucionais de um mesmo fenômeno. Precisamos, pois, concordar com Capra, que o esgotamento dos recursos naturais não ocorre isoladamente, visto que o homem é parte integrante da natureza e, portanto, sofre com toda intervenção indevida sobre ela.

Os resíduos sólidos urbanos gerados pela sociedade em suas diversas atividades resultam em riscos à saúde pública, provocam degradação ambiental, além dos aspectos sociais, econômicos e administrativos envolvidos na questão.

Sacramento (2014) define lixo como qualquer resíduo que seja oriundo de atividades humana ou concebido pela natureza em aglomerações urbanas. Já os dicionários definem a palavra lixo como sendo algo proveniente de descarte. O autor alerta quanto à necessidade de revisão deste conceito, uma vez que o mesmo não deve ser referido como inútil em sua totalidade, já que o descarte, em especial de forma inadequado, consagra consequências, como a poluição, negativa para a sustentabilidade (SACRAMENTO, 2014 p. 11).

Em relação à saúde pública, os resíduos sólidos urbanos ocupam papel estratégico na estrutura epidemiológica de uma comunidade. Como componente indireto, destaca-se na linha de transmissão de doenças provocadas pela ação dos vetores, que encontram no habitat do lixo condições adequadas para a sua proliferação. Na interface com as questões ambientais, os resíduos contaminam ar, águas superficiais e subterrâneas e, consequentemente, o solo.

O lixo coletado diariamente na área urbana das cidades é transportado para as áreas de destino final, onde, na maioria das vezes, é lançado indiscriminadamente a céu aberto, sem qualquer forma de tratamento. A incorreta disposição final do lixo urbano, além de provocar poluição do solo, colabora para a poluição das águas e do ar.

Fonseca (2013) ressalta que o processamento de lixo é o único negócio no qual a aquisição da matéria-prima é remunerada, e relata ainda que as prefeituras brasileiras costumam gastar entre 5% e 12% de seus orçamentos com lixo, sendo este significativamente reduzido com a reciclagem.

Os Resíduos Sólidos Hospitalares ou, como é mais comumente denominado, lixo hospitalar, podem tornar-se um problema de saúde pública, devido principalmente à falta de informações da população sobre suas particularidades, ocasionando riscos à saúde.

Resíduos de Serviços da Saúde (RSS), para as normas brasileiras de terminologia, classificação, manuseio e coleta de resíduos e serviços de saúde, são definidos como resíduos resultantes das atividades exercidas por estabelecimentos prestadores de serviços de saúde, abrangendo os resíduos provenientes das mais diversas fontes potencialmente geradoras, como hospitais, clínicas médicas, veterinárias, odontológicas, farmácias, ambulatórios, postos de saúde, laboratório de análises clínicas, laboratórios de análises de alimento, laboratórios de pesquisa, consultórios médicos e odontológicos, empresas de biotecnologia, casas de repouso e casas funerárias (SCHNEIDER, 2004).

Conforme Resolução CONAMA nº 358/05, o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS) é “um documento integrante do processo de licenciamento ambiental, baseado nos princípios da não geração e na minimização da geração de resíduos, que aponta e descreve as ações relativas ao seu manejo, no âmbito dos serviços hospitalares, contemplando os aspectos referentes à geração, segregação, acondicionamento, coleta, armazenamento, transporte, reciclagem, tratamento e disposição final, bem como a proteção à saúde pública e ao meio ambiente”.

A PNRS reúne princípios, objetivos, instrumentos, metas e ações, assim como diretrizes relativas: A gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos Urbanos e de Saúde; A responsabilidade dos geradores e do poder público; instrumentos econômicos aplicáveis. Coleta seletiva, sistemas de logística reversa e outras ferramentas relacionadas à implementação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos

De modo geral a legislação brasileira contempla o planejamento das atividades de manejo dos resíduos sólidos, coleta, transporte, tratamento e disposição final, sendo de fundamental importância o conhecimento da evolução da geração dos resíduos para o cumprimento da mesma (SANJAD, 2018, p. 14).

2.2 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JACAREACANGA-PA

O município de Jacareacanga está localizado na mesorregião Sudoeste Paraense e à microrregião Itaituba. Limita-se ao norte com o Município de Itaituba, ao Sul com o estado do Mato Grosso, a Leste com os municípios de Itaituba e Novo Progresso, a Oeste, com o Estado do Amazonas.

A cidade de Jacareacanga, sede do município, está situada à margem esquerda do Rio Tapajós, distante de Belém cerca de 1.120 Km., em linha reta, sendo hoje a sede municipal mais afastada da capital do Estado. Possui coordenadas geográficas 06°14'06" de latitude Sul e 57°46'31" de longitude Oeste de Greenwich.

Segundo dados oficiais, o Município de Jacareacanga possui uma área de 53.911,22 Km², sendo 4,32% da área total do Estado do Pará, o que o coloca entre os dez maiores municípios paraenses. Cerca de 90% de suas terras são banhadas pela bacia do Rio Tapajós, enquanto os 10% restantes pertencem à bacia do Rio Amaná.

O pólo mais próximo de Jacareacanga é Itaituba que é de onde nos mantemos mais contatos. E nossa relação com o município é econômica.

O número de habitantes do Município de Jacareacanga é cerca de 41.000 habitantes, estando esse numero sob judicie por causa do último censo de 2010 realizado de forma inadequada, alegado pelo município, considerando que no censo de 2010 a população passou

por um déficit habitacional caindo para 14.000 (quatorze mil) habitantes, e em 2020 a projeção segundo dados do IBGE estava estimada em 7.590 (sete mil quinhentos e noventa) habitantes, um número considerado baixo, devido termos uma etnia Munduruku com cerca de 15.000 (quinze mil) indígenas e o censo escolar estimado em 9.000 alunos e um censo eleitoral estimado em 12.000 (doze mil) eleitores.

O número de imóveis registrados na cidade Jacareacanga, de acordo com os dados da FUNASA e o setor de Terras urbana, atinge 5.000 residências na sede e na Comunidade de porto Rico 122 residências, São José 112, Mamãe-anã 50 e São Martinho 40. Existem muitos lotes vazios sem construção.

Na cidade predominam as construções de alvenaria e madeira, sendo que na zona central predomina a alvenaria e nos outros bairros da periferia predominam as construções de madeira. A maioria das habitações preenche os seguintes padrões: cobertura predominante é a telha de fibrocimento e o piso de cimento. A medida que se afasta do centro em direção a periferia, o padrão das residências vai declinando, até encontrar trechos com características tipicamente rurais. Estão em áreas de ocupações desordenadas, onde as residências além não apresentarem as mínimas condições de higiene ainda, se ressentem da inexistência de equipamentos de infraestrutura básica.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia de trabalho deste artigo consiste essencialmente em uma revisão da literatura e dos documentos a respeito da construção do conceito da política Municipal de resíduos sólidos e saneamento e sua aplicação no Município de Jacareacanga. A importância desse levantamento bibliográfico e documental, realizado nas plataformas Scielo, em sites, através da internet, artigos propostos para dar sustentação ao tema abordado além de visitas in loco nas principais secretarias de governo, como Secretaria de Planejamento, Secretaria de Saúde, e Secretaria de Urbanização.

Em seguida, com a finalidade de compreender como o município está gerindo seus resíduos tanto de saúde como os resíduos sólido e qual é sua proximidade com o modelo de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e Saneamento - GIRSS, a investigação também analisa as fases no o processo de construção do Plano Municipal de Saneamento como os avanços e desafios tanto normativos quanto de aplicabilidade prática.

A investigação dividiu-se em três partes: coleta de dados, tratamento de dados e análise de dados. A coleta de dados baseou-se em um levantamento de dados primários e secundários. A coleta de dados primários foi realizada nas secretarias de governo analisado entre os meses de dezembro e janeiro de 2022. A coleta de dados secundários desenvolveu-se a partir da observação de relatórios, planejamentos de trabalhos, leis e documentos expedidos pelas secretarias de governo em especial dados do SNIS-2020 (Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento).

4 CONCLUSÃO

Para chegarmos à uma conclusão mais distinta, divididos em duas seções. A primeira analisa o processo de construção do novo paradigma de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e de Saúde do Município de Jacareacanga, apresentando o diagnóstico da realidade municipal pelos dados do SNIS-2020 (Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento), analisando os quatro componentes ou indicadores principais (água, saneamento, esgoto, drenagens de águas pluviais), assim como a política municipal aplicada para entender a dinâmica da gestão

dos resíduos de sólidos urbanos e de saúde. Já a segunda seção analisa o Processo de Construção do Plano Municipal de Saneamento Básico Municipal em consonância com a Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS.

Indicadores em destaque:

População sem água	População sem esgoto	População sem coleta de lixo	Domicílios sujeitos à inundações
3.990 habitantes	Sem informação	4.937 habitantes	266 domicílios

Fonte: Dados SEMUTRAN/SNIS (2024).

Conforme dados apresentados pela Secretaria Municipal de Urbanização, Transporte e Limpeza Pública - SEMUTRAN, através do setor de engenharia, que anualmente fornecem dados ao Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS, foi identificado que o município de Jacareacanga: Não possui política municipal de saneamento; Não possui plano municipal de saneamento; Não possui conselho municipal de saneamento; Não possui fundo municipal de saneamento; sendo que 55,34% da população é atendida com abastecimento de água, frente a média de 47,18% do estado e 83,96% do país; 3.390 habitantes não tem acesso à água. Não há informações disponíveis no SNIS sobre Esgotamento Sanitário; 34,95% da população é atendida com coleta de Resíduos Domiciliares e não declarou se pratica coleta seletiva de Resíduos Sólidos; O lixo de 1.726 habitantes não é recolhido. 14,8% da população é atendida com Drenagem de Águas Pluviais, frente a média de 11,02% do estado e 26,39% do país; 25,3% dos domicílios do município estão sujeitos à inundações; O município tem mapeamento de áreas de risco; e não existem sistemas de alerta para riscos hidrológicos.

Com relação as informações referentes ao abastecimento de água no município quem realiza é a Companhia de Saneamento de Jacareacanga (COSANJA), em relação ao tratamento de esgoto realizado apesar de Apresentar uma Estação de Tratamento de esgoto, ainda não consolidado, foi identificado que não há informações disponíveis junto ao SNIS. A coleta dos Resíduos Sólidos Urbanos e de Saúde quem realiza é uma empresa Terceirizada pela Prefeitura Municipal de Jacareacanga, já a drenagem e águas pluviais é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Urbanização, transporte e serviços públicos.

Jacareacanga possui 1,22% de seu esgoto manejado de forma adequada, por meio de sistemas centralizados de coleta e tratamento ou de soluções individuais. Do restante, 0,08% é coletado, mas não é tratado e 98,7% não é tratado nem coletado conforme tabela abaixo:

Índice de Coleta e Tratamento de Esgoto	Município de Jacareacanga
Índice sem atendimento sem Coleta e sem Tratamento	98,7%
Índice de Atendimento por Solução Individual	1,22%
Índice de Atendimento com Coleta e sem Tratamento	0,08%
Índice de Atendimento com Coleta e com Tratamento	-

Fonte: SEMUTRAN/ANA (2024).

Os dados apresentados pela SEMUTRAM em relação a coleta de água identificou que 55,34% da população total de JACAREACANGA tem acesso aos serviços de abastecimento de água. A média do estado do Pará é 47,18% e, do país, 83,96%.

População atendida com água	População Urbana atendida com água	População Rural atendida com água
4.200 habitantes	2.563 habitantes	1.547 habitantes

Fonte: SEMUTRAN/SNIS (2024).

As informações com relação ao consumo e preço, demonstrou que em Jacareacanga (PA) o consumo médio per capita é acima da média do país, e o preço por m³ de água é 76,51% menor comparado ao país.

CONSUMO E PREÇO	MUNICÍPIO
Consumo médio per capita	144,8 l/habitantes/dia
Tarifa média de água	1,01 R\$/m ³

Fonte: SEMUTRAN/SNIS (2024).

Com relação a Eficiência, em Jacareacanga (PA), o prestador mede o consumo de 0,39% das economias de água, que são todos os estabelecimentos que possuem o hidrômetros. 47,27% da água captada é perdida na rede antes de chegar às economias.

EFICIÊNCIA	MUNICÍPIO
Índice de hidrometração	0,39%
Índice de perdas na distribuição	47,27%

Fonte: SEMUTRAN/SNIS (2024).

5.1. RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS E DE SAÚDE EM JACAREACANGA

A limpeza urbana e o manejo de resíduos sólidos são constituídos pela disponibilização e manutenção de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, varrição manual e mecanizada, limpeza e conservação urbana, transporte, transbordo, tratamento, destinação e disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos domiciliares e dos resíduos de limpeza urbana. Fonte da definição (Lei Federal nº 11.445/2007.)

Em Jacareacanga, 34,95% da população total é atendida com coleta de Resíduos Domiciliares. Vale reparar na diferença da taxa de cobertura da população urbana, de 97,32%, frente à população rural, de 1,44%.

População total atendida por coleta de resíduos domiciliares	População urbana atendida por coleta de resíduos domiciliares	Estimativa da população rural atendida por coleta de resíduos domiciliares
2.653 habitantes (34,95%)	2.582 habitantes (97,32%)	71 habitantes (1,44%)

Fonte: SEMUTRAN/SNIS (2024).

Em relação a massa coletada per capita, se considerada a população total do município, JACAREACANGA coleta, por dia, 1,55 kg de resíduos por habitante.

MASSA COLETADA PER CAPITA	MUNICÍPIO
Massa de resíduos domiciliares e públicos coletados per capita em relação à população total atendida	1,55 kg/hab./dia
Massa de resíduos domiciliares e públicos coletados per capita em relação à população urbana	1,55 kg/hab./dia

Fonte: SEMUTRAN/SNIS (2020).

A pesquisa também procurou identificar com referência a coleta seletiva e recuperação de materiais recicláveis, a não existência de coleta seletiva independente da forma (porta a porta, em postos de entrega voluntária ou outra modalidade) e de sua abrangência em cada município, ou seja, a prática da coleta seletiva pode ocorrer somente em uma pequena parte, em iniciativas pontuais, como também em todo o território. Foi identificado através da SEMUTRAN que em Jacareacanga não se pratica coleta seletiva de Resíduos Sólidos, portanto não há parcela da população urbana com cobertura de coleta seletiva porta a porta, assim como não há taxa de recuperação de recicláveis em relação aos resíduos domiciliares e públicos. A SEMUTRAN ressalta da importância de se consolidar o plano de Saneamento Básico que se insere também o componente de resíduos sólidos, argumentou que faz parte da Equipe Gestora que está na fase de elaboração do Plano.

É irrefutável que qualquer que seja a atividade humana impõe na produção de resíduos. Os resíduos sólidos são considerados um problema de ameaça à vida terrena, uma vez que podem ser extremamente nocivos ao meio ambiente. Estes podem ser responsáveis pela poluição do solo, água e ar, como também podem ser hospedeiros para seres que veiculam diversas doenças (LOPES, 2007, p. 12).

Logo, conclui-se, que a reciclagem se apresenta como uma alternativa benéfica à recuperação de recursos naturais e reprocessamento de materiais antigamente tidos como lixo, transformando o problema em solução (SACRAMENTO, 2014 p. 11).

Segundo dados da Secretaria Municipal de Planejamento-SEPLAN, o município tem instrumentalizado seu arcabouço legal para a implementação de Política Municipal de Resíduos Sólidos, tem firmado parcerias e pactuações com o IFPA, SESAI, FUNAI e todas as secretarias envolvidas para instrumentalizar a sua execução, em especial a criação do Plano Municipal de Saneamento básico do Município de Jacareacanga, o processo Licenciamento ambiental do aterro sanitário, atendendo o que diz a Política Nacional de Resíduos Sólidos, e de Saneamento.

Segundo dados da Secretaria Municipal de Saúde de Jacareacanga - SEMUS, o município dispõe de 01 hospital com capacidade de atendimento para 60 leitos, estando em funcionamento apenas 40 leitos, 01 centro cirúrgico e 01 sala de parto. Doença de maior incidência no município é a malária.

Os pacientes dão entrada no setor de Urgência e Emergência da Unidade Mista Municipal de Saúde onde recebem o primeiro atendimento e são encaminhados, se necessário, para os setores adequados, conforme necessitem de internação, atendimento ambulatorial ou o deslocamento para outros centros capazes de atender aos casos de maior gravidade.

Apesar da complexidade, todo lixo hospitalar passa a ser recolhido e encaminhado para o lixão cerca de 42 km da Sede Municipal, parte dos resíduos são aterrados e outros especificamente são incinerados em um incinerador próximo a cidade.

Devido a precariedade o saneamento básico e qualidade da água da qual a população se abastecem e a falta de Higiene, é bastante intensa a ocorrência de doenças diarreicas, tendo sido registrados na Secretaria Municipal de Saúde. Por isso da necessidade de se construir o Plano

Municipal de Saneamento Básico, para melhor se planejar o acondicionamento e destinação final dos Resíduos de Saúde e Urbano de forma adequada.

Políticas para Elaboração do Plano de Saneamento Municipal

PRINCIPAIS INSTRUMENTOS CRIADOS /INICIADOS	FASE
Comitê Gestor para elaboração do Plano	Concluído
Formalização de Decreto entre Pactuados	Concluído
Plano de Trabalho criado entre IFPA e Município para elaboração do Plano Municipal de Saneamento	Concluído
Diagnóstico da Realidade Local	Em andamento
Reuniões temáticas entre Câmaras Técnicas	Em Andamento
Atualização do Plano Diretor	Em Andamento

Fonte: SEPLAN-(2024).

Os riscos à saúde pública, relacionados aos resíduos sólidos, decorrem da interação de uma variedade de fatores que incluem aspectos ambientais, ocupacionais e de consumo, entre outros. É tarefa, tanto do Poder Público como da sociedade organizada, estimular debates que levem à revisão de hábitos de consumo. A sociedade mostra-se sensível ao problema quando reage positivamente ao apelo de participar de programas públicos de coleta seletiva de lixo ou quando toma a iniciativa de promover a separação de materiais, no caso de escolas, universidades, condomínios residenciais.

As decisões que envolvem o gerenciamento de resíduos sólidos urbanos e de saúde são fundamentalmente decisões sobre saúde pública e requerem, portanto, a integração entre políticas econômicas, sociais e ambientais. O complexo desafio para as grandes cidades na gestão de resíduos sólidos neste início de século pode ser enfrentado pela formulação de políticas públicas que objetivem eliminar os riscos à saúde e ao ambiente, que colaborem na mitigação das mudanças climáticas relacionadas à ação humana e, ao mesmo tempo, garantam a inclusão social efetiva de parcelas significativas da população. Assim, caminharemos rumo a um desenvolvimento mais saudável, em uma perspectiva socialmente justa, ambientalmente sustentável, sanitariamente correta e economicamente solidária.

Os impactos ambientais causados pelo gerenciamento inadequado dos resíduos hospitalares podem atingir grandes proporções, levando a contaminações e elevados índices de infecção hospitalar, ou até mesmo à geração de epidemias devido a contaminações do lençol freático pelos diversos tipos de resíduos dos serviços de saúde.

O plano Municipal de Saneamento de Jacareacanga, será imprescindível para o ordenamento da gestão de resíduos sólidos urbanos e hospitalares para implementação da coleta seletiva, garantirá ao município o licenciamento ambiental e consolidação do aterro sanitário.

5 REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. *Gerenciamento de resíduos de serviços de saúde*. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. *Diário Oficial da União*, Brasília, 2010.

Fonseca, L. H. F. Reciclagem: O primeiro passo para a preservação ambiental. *Revista Científica Semana Acadêmica*, v. 1, n. 36, p. 1-18, 2013.

Henares, É. L. *Educação ambiental e resíduos sólidos: A ação da COOPERLIX em Presidente Prudente-SP*. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006.

Lopes, A. M. K. *A importância da reciclagem para evitar problemas ambientais causados pelo lixo doméstico*. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Econômicas), Universidade La Salle, Canoas, 2007.

Sacramento, S. S. *Projeto de proteção ambiental: Descarte de lixo doméstico nas vias públicas do bairro de Nova Dias d'Ávila, município de Dias D'Ávila – BA*. Dissertação (Especialização em Gestão Ambiental em Municípios), Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2014.

Schneider, V. E. et al. *Manual de gerenciamento de resíduos sólidos em serviços de saúde*. 2. ed. Caxias do Sul: EDUCS, 2004.

SEMUTRAN/SNIS. *Dados de saneamento básico*. Jacareacanga: Secretaria Municipal de Urbanização, Transporte e Limpeza Pública, 2024.